



Quadriénio 2021/2025

Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Monte Redondo, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a **reunião extraordinária** de funcionamento da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar.

O Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes e referiu que Renato Silva informou que não podia estar presente por motivos de doença. Informou também que o vereador do Ambiente da Câmara Municipal de Leiria, Dr. Luís Lopes, estava presente na assembleia como convidado especial .

De seguida, deu início ao ponto único da ordem de trabalhos.

Ponto único: Projeto de Ampliação do Aviário Quinta D.Dinis - participação na Consulta Pública - apreciação, discussão e votação.

Após ler o Parecer da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira sobre o Projeto de Ampliação Aviário Quinta D. Dinis (ANEXO1), enviado a todos os membros da assembleia de freguesia, o Presidente da Mesa sugeriu que se anexasse o documento ao Portal Participa e se enviasse o parecer para a Junta de Freguesia, para o Presidente da Câmara Municipal e para a CCDR.

David Teotónio afirmou que a bancada do PSD concorda com o conteúdo do parecer, no entanto questionou por que motivo o parecer não é igual ao da Junta de Freguesia, o qual referia que podia ser uma mais-valia em termos financeiros. O Presidente da Mesa esclareceu que este parecer que está em discussão é da Assembleia de Freguesia e não da Junta de Freguesia.

Cristiana Pinto começou por cumprimentar os presentes e por expressar o seu profundo respeito e reconhecimento pela mobilização a que assistimos em relação à questão da ampliação do aviário. Referiu que a presença de um número tão grande de pessoas é demonstrativo de uma cidadania ativa e da luta e compromisso de cada um dos presentes com o bem-estar e qualidade de vida da nossa freguesia.

Enquanto membro eleito da Assembleia de Freguesia, está, naturalmente, ao lado da população, partilhando das suas preocupações e atenta às manifestações já demonstradas. Explicou que se tem informado de forma ativa e fidedigna sobre o impacto que esta expansão pode ter nas nossas vidas, no meio ambiente e na qualidade de vida da nossa freguesia de forma geral. O documento que é apresentado pela mesa da assembleia espelha isso mesmo. Não é possível relativizar as consequências desta expansão, seja no aumento dos odores, nos efeitos nos recursos hídricos, no impacto no trânsito local ou até mesmo no equilíbrio essencial no ordenamento do território e desenvolvimento económico e preservação do carácter ambiental da nossa freguesia. Todas estas preocupações são legítimas e merecem que este seja um debate sério e digno da urgência e elevação que este tema merece. Sublinhou a importância deste movimento, que nasce genuinamente da preocupação dos habitantes e nunca como um instrumento de manipulação de interesses alheios à causa que nos junta aqui hoje.

É fundamental que esta assembleia e o executivo, que congratulou, também, seja visto como um aliado e que é capaz de lado a lado manter o foco exclusivamente nas soluções de proteção do nosso território. São inegáveis as lacunas e deficiências do EIA apresentado, que são acauteladas no parecer aqui apresentado pela Mesa, totalmente desfavorável, que subscreve por inteiro.



Esta é uma posição firme e irrevogável de não aceitação deste projeto. Posto tudo isto, reafirmou o seu total apoio a todos os presentes e a todos aqueles que manifestam a sua preocupação, seja na rua ou através das redes sociais. Mantém firme o princípio de que as preocupações de cada um de nós e o cuidado para com os nossos familiares e amigos não seja um instrumento de interesses políticos ou económicos.

Apelou fortemente a que este escrutínio seja aplicado às demais empresas com áreas de atuação similares na nossa região, independentemente das suas posições individuais ou interesses particulares.

O divisionismo não nos beneficia e o diálogo aberto, respeito mútuo e foco no bem-estar coletivo será sempre essencial na construção de uma solução conjunta.

Ana Carla Gomes cumprimentou todos os presentes e referiu que, tendo participado na elaboração do documento, concorda obviamente com o seu conteúdo e com as palavras da Cristiana Pinto, visto que há alguns pontos que ainda não foram esclarecidos. Referiu que a assembleia está ao lado da população e efetivamente preocupada com a implementação do aviário, sendo um assunto que tem de ser estudado e ponderado. Após terem estado presentes na reunião que teve lugar em Fonte Cova sobre este assunto e terem ouvido os argumentos da população, os membros da assembleia concluíram que a população merece o seu apoio e daí este parecer.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Mesa deu a palavra a Céline Gaspar, Presidente do Executivo, que, após cumprimentar todos os presentes, realçou o facto positivo de estarem ativos nesta discussão e preocupados com o nosso território. De seguida, explicou que gostaria de esclarecer e deixar registadas em ata algumas informações importantes, considerando as interpretações incorretas ou imprecisas sobre o papel da Junta de Freguesia neste processo. Considera essencial reforçar que a Junta de Freguesia não teve qualquer envolvimento prévio ou introdução formal a este projeto de ampliação do aviário Quinta D. Dinis.

Em 2022, o executivo foi contactado pelo grupo Lusiaves, que apresentou uma proposta para a construção de uma unidade industrial na zona da Aroeira, junto à Racentro. Este projeto inicial dizia respeito à instalação de uma unidade de pré-confecionados alimentares, voltada para um novo mercado industrial e nada tinha a ver com explorações agrícolas ou aviários. Esta proposta foi discutida e aprovada em Assembleia Municipal, em janeiro de 2023, com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial e a qualificação local.

Contudo, o projeto de ampliação do aviário que estamos a discutir hoje não tem qualquer relação com a proposta aprovada na Assembleia Municipal de 2023 e não foi objeto de consulta prévia à Junta de Freguesia ou à Câmara Municipal. Esclareceu que, para este tipo de exploração agropecuária, não é necessária qualquer alteração ao PDM, o que explica a ausência de pedidos formais nesse sentido. No *site* da Assembleia Municipal está disponível a informação sobre o que foi efetivamente votado.

Relativamente à cronologia do processo e ao papel que a junta de freguesia desempenhou, importa saber que, em 22 de julho de 2024, recebeu, através da plataforma de gestão urbanística do Município de Leiria, um pedido de parecer relativo à ampliação do aviário na Aroeira. Para todas as operações urbanísticas, quer sejam pedidos de licenciamento, informações prévias, ou outro projeto que implique uma construção, é feito um pedido de parecer não vinculativo à junta de freguesia, o que está previsto na Lei das Competências das Autarquias. É importante destacar que, nesta etapa, a análise foi meramente administrativa e incidiu



apenas sobre questões relacionadas com os acessos e a localização. Não foram levantadas ou identificadas quaisquer questões relacionadas com processos ambientais nem verificada a sua dimensão em concreto.

Após a análise inicial, constatámos, administrativamente, que o processo estava mal instruído, nomeadamente em relação à sua localização. No dia 22 de agosto, a Junta de Freguesia informou a Câmara Municipal de que, devido a estas inconsistências, não emitiria qualquer deliberação do executivo enquanto o processo não fosse devidamente corrigido e instruído. O processo não retornou à junta de freguesia posteriormente e foi uma informação prévia e não um pedido de licenciamento.

A 16 de dezembro, a junta recebeu da CCDRC Centro (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) o edital referente à consulta pública deste projeto. A informação foi devidamente afixada, cumprindo os requisitos legais. Após o período festivo, Céline Gaspar tomou conhecimento da real dimensão do projeto e dos seus impactos potenciais. Por isso, no dia 30 de dezembro, o executivo publicou uma nota na página oficial da Junta de Freguesia, alertando a população sobre a consulta pública.

Considerando o tema, o executivo realizou uma análise detalhada da documentação disponível e debateu o tema na reunião de executivo a 6 de janeiro. Durante a discussão, identificou diversas lacunas no estudo apresentado e decidiu emitir um parecer neutro e, adicionalmente, solicitar uma sessão pública ao promotor do projeto, para que esclarecesse as dúvidas e apresentasse o projeto diretamente à população, enviar um infomail à população, tendo sido enviados 2300 folhetos via CTT, garantindo maior acesso à informação e incentivando a participação na consulta pública. Apelou, ainda, ao promotor que reconsiderasse o projeto, dadas as dúvidas e os riscos identificados.

O pedido de esclarecimento numa sessão pública foi solicitado ao departamento relacionado com as obras do Grupo Lusiaves e o apelo para a reconsideração do projeto foi feito diretamente ao Administrador, o senhor Comendador Avelino Gaspar, realçando as dúvidas e riscos identificados, logo após a reunião do executivo. Infelizmente, o promotor recusou realizar uma sessão pública ampla, disponibilizando-se apenas para uma reunião limitada, com a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e alguns membros do movimento comunitário contrário ao projeto. Também se disponibilizou para organizar algumas visitas às explorações, com o objetivo de mostrar as condições e as práticas do setor. Embora, na perspetiva do executivo, represente um gesto de abertura, considera que uma sessão pública seria mais adequada para garantir a transparência, o acesso à informação e o esclarecimento de toda a comunidade. Um projeto com este impacto requer um diálogo mais amplo, em que todas as partes interessadas possam ser ouvidas e informadas de forma igualitária.

Desta forma, Céline Gaspar espera ter esclarecido a cronologia do processo e o facto de a junta ter cumprido devidamente o seu dever de informação à população, indo além das normais formalidades.

Para além disso, tendo em conta que foram levantadas algumas dúvidas sobre a sua ausência na reunião em Fonte Cova, a presidente do executivo reconhece que a presença de um autarca de outra freguesia e a sua ausência poderão ter levado algumas pessoas a questionarem o motivo. Explicou que, até àquele momento, não havia evidências claras de nenhuma mobilização da comunidade, nem a favor, nem a desfavor. O executivo não teve conhecimento de nenhuma organização por parte da população nem foi contactado para nenhuma reunião ou informado sobre os seus objetivos específicos. A decisão da presidente do executivo de não estar presente baseou-se na necessidade de atuar com responsabilidade, enquanto órgão público, sendo que, constitucionalmente, existem determinadas regras quanto a manifestações. Sem informações claras sobre



o propósito e a dinâmica da reunião, considerou mais adequado concentrar os esforços da junta nos canais formais de participação, como a consulta pública e a análise técnica do projeto, de forma a garantir que a atuação fosse informada, estruturada e transparente. Contudo, reforçou que esta decisão não foi por haver desinteresse pelas preocupações da população, muito pelo contrário. A Junta de Freguesia tem trabalhado para que as vozes da comunidade sejam ouvidas e as suas preocupações sejam tratadas de forma séria. Desde que se tornou evidente a oposição ao projeto, a junta intensificou o seu trabalho de apoio à população e incentivou a participação na consulta pública e o acompanhamento de todas as manifestações da comunidade.

Céline Gaspar reforçou que a mobilização da população foi determinante e expressou o seu agradecimento ao grupo de trabalho que surgiu para liderar esta causa, que tem sido a força da voz da população. A petição e o rápido crescimento do número de assinaturas indicaram claramente que a maioria da comunidade se opõe ao projeto. Com base nesta mobilização e no compromisso do executivo com a transparência e com a qualidade de vida da população, decidiu que não podia manter um parecer que não era favorável, era um parecer neutro, que apresentava todas as lacunas que existem no estudo de impacto ambiental, mas que permitia que o assunto fosse clarificado. Tendo em conta esta movimentação e todas as preocupações apresentadas pela população, o executivo decidiu formalizar um parecer desfavorável, fundamentado nas lacunas do estudo de impacto ambiental, que já estavam identificadas; nos riscos cumulativos associados à ampliação do aviário numa região já saturada por atividades agropecuárias intensivas; e no compromisso de defender a voz e a qualidade de vida da nossa população e o equilíbrio ambiental do território.

Desde o início, a Junta de Freguesia manteve total transparência, apoiando a comunidade no acesso à informação e na participação na consulta pública. Prestou assistência a inúmeros cidadãos que participaram no Portal da Consulta Pública e na petição. Céline Gaspar referiu que, ao longo destes anos, sempre se pautou por uma atuação pelo compromisso com os interesses da nossa freguesia e da sua população e que não mudará a sua postura até ao último dia do seu mandato, que está próximo do fim. Continuará a defender a comunidade e o equilíbrio do território que representa. O executivo está com a população na sua oposição ao projeto.

O vereador Luís Lopes agradeceu o convite para participar na assembleia e mostrou-se disponível para o esclarecimento de dúvidas. Esclareceu que o processo de consulta pública está a decorrer até ao dia 29 de janeiro e que a participação devidamente fundamentada é importantíssima, seja com registos fotográficos ou registos de denúncias feitas anteriormente. Com a alteração ao Simplex Ambiental, no final da consulta pública e após a emissão do relatório, este processo vai ser analisado por uma comissão de avaliação que engloba diversas entidades. Antes da alteração, quando estes documentos eram colocados a consulta pública, o Município já tinha acesso aos pareceres de diversas entidades, como a APA, o ICENF, o BEM-ESTAR ANIMAL, entre outras, mas, com a simplificação dos processos, esse parecer é posterior, ou seja, é dado pelas entidades durante a análise da comissão de avaliação. Nesta fase, o Município não sabe o que é que as entidades acham sobre o projeto.

O trabalho que está a ser desenvolvido com esta mobilização é importante e tem muita relevância. Se consultarmos outros processos semelhantes, nenhum teve o número de participações deste processo, o que tem de ser levado em conta pela CCDR, que é quem vai tomar a decisão final. O parecer do Município será levado a reunião de câmara no dia 21 de janeiro, às 14h30, sendo uma sessão aberta, a que qualquer pessoa



poderá assistir. Este parecer inclui o parecer dos executivos da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira e do Coimbrão e considera importante o parecer das Águas do Centro Litoral, que tem, pelo menos, três pontos de captação no mesmo aquífero onde este projeto vai ser instalado, sendo que nada priva o Município de pedir estes pareceres e informações adicionais para consolidar o parecer da Câmara. Para os técnicos da Câmara, o estudo que foi apresentado tem variadíssimas lacunas. Para a Câmara também é muito importante a opinião da ADCL – Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais - que considera que o aquífero já está em stress e que, quanto mais captações houver, mais se coloca em risco a gestão de recursos hídricos a médio e longo prazo. Há também a questão do tráfego rodoviário, visto que não é claro o seu acréscimo ou a sua diminuição naquele acesso, bem como o projeto que foi à Assembleia Municipal e que foi votado para interesse estratégico municipal, cuja área coincide com a área que agora se coloca em consulta pública. Na prática, a assembleia municipal apreciou um projeto que tinha interesse municipal, inovador, relevante na indústria agroalimentar. No entanto, agora aparece um outro projeto no mesmo local e tem de ser clarificado. Por outro lado, foram atribuídos os direitos de concessão para exploração de inertes a uma empresa e também não é clara a posição da Direção Geral de Energia e Geologia. Um parecer do município tem de ter uma fundamentação técnica como o da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), mas também é relevante esta mobilização, que tem de fazer parte do parecer da Câmara.

Por fim, Luís Lopes relevou que a participação informada e responsável é muitíssimo importante, porque é uma proposta de investimento privado para um território, que teve um planeamento, seguiu o seu trajeto, mas quem cá mora tem o direito de se pronunciar acerca do projeto. Agradeceu a quem se mobilizou e a forma como o fez e, até dia 29 de janeiro, haverá oportunidade para responder a mais questões e dúvidas. Existem tempos limite para aprovar a deliberação, daí a deliberação do Município ser no dia 21, que será enviada para a CCCR, mas também será colocada no participa.pt.

Rita Silva realçou o facto de este movimento ser apartidário e ter começado por um grupo de cidadãos de Porto Longo, que teve apenas dois dias para preparar a reunião de Fonte Cova, pelo que lhes escapou o convite formal e nunca foi sua intenção não ter a força e o apoio da junta de freguesia. Para o movimento, desde o dia 1 que era importantíssimo entender e dar a entender à população o que estava no estudo, porque a saúde é o mais importante e foi essa a base de tudo. Há uma grande mobilização da população, tanto na assembleia de freguesia, como na petição online, que conta com mais de 1040 assinaturas. Considerou importante informar os presentes de que este grupo de trabalho é constituído por várias pessoas das freguesias de Monte Redondo e Carreira e do Coimbrão e tem por base três pontos importantes. Por um lado, elaborar um documento com base em factos científicos que ajudem a suportar o que não está correto no EIA ou mesmo o que não está referido. Por outro lado, este grupo de trabalho, de forma estruturada, foi porta a porta esclarecer a população sobre o projeto e apelar à participação na petição e no portal participa.pt. Também colocou várias lonas na freguesia, duas das quais foram roubadas, o que deixou o grupo bastante triste, mas, neste momento, encontra-se focado no documento. Reforçou que a presidente do executivo entrou em contacto com a Lusivies a solicitar um esclarecimento à população e pedem que repensem esse pedido, que foi negado. Rita Silva referiu que criaram perfis oficiais nas redes sociais para indicar o que está a ser feito por este grupo que pretende informar a população da melhor forma. Explicou que têm consciência dos impactos na economia local e não podem ser alheios à instalação fabril que já existe na freguesia: a



Racentro. No entanto, os postos de trabalho em causa são apenas 10 e não exigem quaisquer habilitações literárias. Durante a construção, poderá existir alguma movimentação económica, mas que não consideram relevante. Os restantes fatores foram já indicados pelos membros da assembleia e pelos oradores. No entanto, há quatro riscos que não foram mencionados por ninguém nesta sessão e que farão parte do documento do movimento, nomeadamente o risco para a saúde pública, quer pela exposição à gripe das aves, como aconteceu em Sintra, quer pela resistência a antibióticos. Mencionou a desvalorização patrimonial que as pessoas podem sentir, devido à proximidade de uma instalação de enormes dimensões e disse que, se nenhum de nós quer estar ao pé de galinhas ou de uma produção desta natureza, acredita que as pessoas de fora também possam questionar o investimento na nossa freguesia. Referiu também os problemas de eletricidade já sentidos pela população de Porto Longo e já foi submetido à Câmara um pedido sobre este assunto. Por fim, mencionou a proliferação de moscas no nosso território, visto que, apesar de não poderem dizer o número de moscas que vai sair daquele aviário, pelo tráfego de animais nas nossas ruas, não se pode garantir que não exista um aumento destes insetos. Reforçou que o grupo está a elaborar um relatório com base em ciência e factos e que a sua luta não ficará apenas por dia 29, irá continuar com a mobilização da população, visto saberem que este processo será longo e irá ter várias etapas, pelo que querem continuar a ser ouvidos como até ao momento.

Cidália Carvalho, da Guia, disse que, em 2014, tiveram uma situação idêntica e explicou que uma galinha, para ser criada, precisa de 200 litros de água por dia, pelo que 4000 galinhas precisam de 600 litros. Alertou para os riscos de contaminação do aquífero da freguesia da Guia que abastece 250 mil pessoas, para os maus cheiros, para as moscas, para a perda de investimento na habitação, para as poeiras que rondam os cinco quilómetros. Sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho na assembleia para estar presente em todas as assembleias municipais para fazer ouvir a preocupação da população. Disse que ficava muito satisfeita pelo parecer negativo da assembleia de freguesia.

Célio Marques referiu que foi por mera casualidade que viu a publicação da Junta de Freguesia nas redes sociais e contactou um grupo de cidadãos de Porto Longo e resolveram, em dois dias, preparar a apresentação e organizar o estudo ambiental e os panfletos para mobilizar as pessoas, tendo organizado a sessão em Fonte Cova. Reiterou que o grupo não teve nenhuma intenção política, mas informar a população. Agradeceu à presidente da junta, ao presidente da assembleia e ao vereador Luís Lopes a sua presença e apoio nesta causa, através dos pareceres negativos. Por fim, questionou sobre quais os procedimentos que o Movimento terá de seguir.

Céline Gaspar reforçou o agradecimento, enquanto executivo, pelo trabalho e mobilização do Movimento, e referiu que é fundamental que existam pessoas na comunidade com esta atitude ativa na participação e que haja mais pessoas que se envolvam até noutras questões preocupantes e reiterou que continuará disponível para colaborar naquilo que estiver ao alcance do executivo. Sublinhou que é difícil para quem está no executivo adotar determinadas posições firmes e imediatas e por isso essa mobilização é fundamental. A decisão do Movimento ajudou o executivo a ter um caminho firme e uma opção firme e agradeceu a todos esse facto. Em relação ao que foi levado à assembleia municipal, foi um pedido de interesse municipal, porque, em termos do Plano de Ordenamento do Território, aquela área, no PDM, é uma área florestal e não seria possível fazer uma unidade industrial no PDM Florestal. Para haver uma alteração a esse



nível, era necessário ser declarado o interesse municipal para essa unidade industrial, no entanto, a ampliação do aviário, infelizmente, pode ser feita em PDM Floresta. Portanto, não é preciso pedir nenhuma alteração e não é preciso aprovar rigorosamente nada em assembleia municipal. Especificamente, era preciso haver uma forma de revisão àquela área em termos de PDM. No caso de explorações agropecuárias, aviários, tudo o que tenha que ver com a agricultura, é possível fazer construções em floresta.

Luís Lopes disse que os pareceres são todos considerados pela Comissão de Avaliação, mas o parecer do Município tem mais peso, por ser a entidade com responsabilidade no ordenamento do território. Referiu que não conhece muitos casos em que o Município tenha dado um parecer desfavorável, devidamente fundamentado, como é o caso, em que a Declaração de Impacto Ambiental tenha sido favorável, mas a decisão é da Comissão de Avaliação. Informou que, no dia seguinte, os documentos apresentados e votados em reunião de câmara estariam disponíveis e teriam o cuidado de publicar a decisão e partilhar o parecer. Mostrou-se disponível para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir.

Sobre o Projeto que teve a declaração de interesse público estratégico municipal, só é aplicado até o projeto existir e avançar. Até agora não avançou. Em termos de prazo, não existe, porque não há projeto.

Se existir uma DIA (Declaração de Impacte Ambiental) desfavorável da Comissão de Avaliação, ela é válida por dois anos. Este processo não cessa no dia 29. Acrescentou que já houve um estudo de impacto ambiental para o mesmo sítio, apresentado há dois anos, que só não avançou para consulta pública, porque, segundo a entidade que o avaliou, estava mal formulado. Este assunto não é novo, nunca chegou foi a consulta pública, nem nunca houve um edital que chegasse às juntas de freguesia, nem ao Município, para se pronunciarem, porque nunca chegou a avançar.

Se o Estado Português respeitasse a sua própria legislação, o Simplex Ambiental obrigava a que dentro de 30 dias houvesse uma decisão sobre o EIA. O Simplex Ambiental foi criado para haver mais celeridade nos processos.

O presidente da mesa deu conta de que, durante a assembleia, houve mais duas participações no Portal, estando 410 submetidas no total, e apelou à participação em massa, fundamentada.

Deu, assim por encerrada a sessão, às 21h13m, da qual se lavrou uma minuta aprovada por unanimidade, e a ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

O Presidente da Assembleia

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

A Primeira Secretária

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário



(Lino Loureiro)